

REMUNERAÇÃO BRUTA MENSAL MÉDIA POR TRABALHADOR

2.º Trimestre de 2025

A remuneração bruta total mensal média por trabalhador aumentou 5,5% no 2.º trimestre de 2025

No 2.º trimestre de 2025, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador (por posto de trabalho) aumentou 5,5%, em comparação com o mesmo período de 2024, situando-se nos 1 676 Euros. A remuneração regular e a remuneração base registaram subidas de 4,9% e 4,8%, atingindo valores de 1 318 e 1 268 Euros, respetivamente.

Em termos reais, isto é, tendo por referência a variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC) da Região, observa-se que a remuneração média total por trabalhador aumentou 2,2%, a remuneração regular cresceu 1,6% e a remuneração base subiu 1,5%, face ao 2.º trimestre de 2024.

Estes resultados compreendem 109,1 milhares de postos de trabalho (+3,0% face ao 2.º trimestre de 2024), correspondentes a beneficiários da Segurança Social e a subscritores da Caixa Geral de Aposentações de entidades com sede fiscal na Região Autónoma da Madeira (RAM).

Em termos homólogos, destacam-se os aumentos da remuneração total, nas “Atividades financeiras e de seguros” (secção K; +9,9%), “Indústrias transformadoras” (secção C; +9,7%), nas empresas com 10 a 19 trabalhadores (+8,3%), no setor público (+5,9%), nas empresas do setor transacionável (+7,1%), nas empresas dos “Serviços financeiros com forte intensidade de conhecimento” (+9,9%) e nas empresas com “Baixa tecnologia industrial” (+9,8%).

No 2.º trimestre de 2025, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador na Região foi de 1 676 Euros, ficando 3,7% abaixo da média nacional, que se fixou nos 1 741 Euros. A variação homóloga, em termos nominais, no País, foi de 6,0% (1 643 Euros em junho de 2024) e, em termos reais, de 3,7%.

À semelhança da Região, a nível nacional as atividades de “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” (secção D) foram as que apresentaram, em junho de 2025, a remuneração bruta total mais alta (3 473 Euros na RAM e 3 869 Euros no País). A nível regional e a nível nacional, as empresas com 500 e mais trabalhadores apresentaram a maior remuneração bruta total mensal média, 2 137 Euros e 2 172 Euros respetivamente.

Na RAM, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador no setor privado (1 383 Euros) registou uma variação homóloga inferior (+5,2%) à do setor das Administrações Públicas (+5,9%; 1 804 Euros). A nível nacional, verificou-se o mesmo, sendo as variações homólogas positivas de 5,7% no privado e de 7,3% no público.

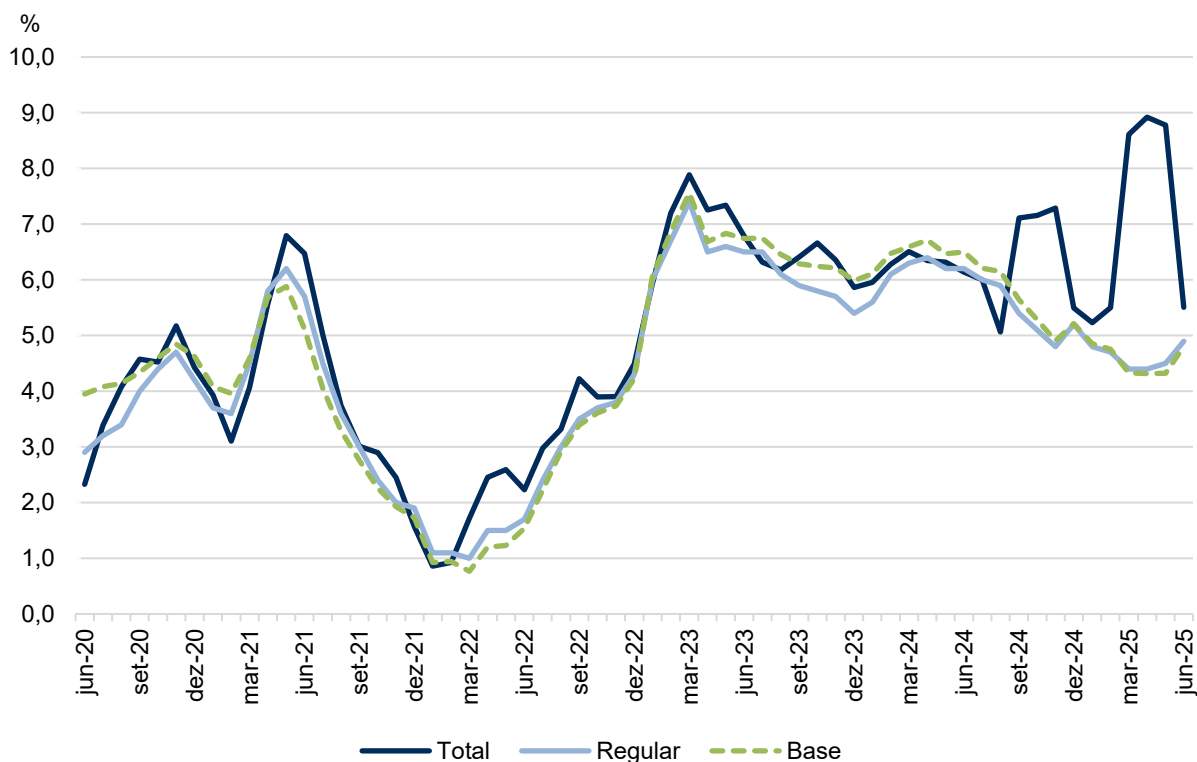
1. Remuneração bruta total mensal média por trabalhador no 2.º trimestre de 2025 cresceu 5,5% em termos nominais e 2,2% em termos reais

A remuneração bruta total¹ mensal média por trabalhador (por posto de trabalho²) registou um aumento de 5,5%, subindo de 1 589 Euros em junho de 2024 para 1 676 Euros em junho de 2025. Esta variação foi inferior em 3,1 pontos percentuais (p.p.) à observada em março de 2025, que foi de +8,6%.

A remuneração bruta regular¹ mensal média por trabalhador, que exclui, entre outras componentes salariais, os subsídios de férias e de Natal – tendo por isso um comportamento menos sazonal, aumentou 4,9% em junho de 2025, em comparação com o mesmo período do ano anterior, passando de 1 256 Euros para 1 318 Euros. Relativamente ao trimestre anterior, a variação homóloga foi superior em 0,5 p.p..

Quanto à remuneração bruta base¹ mensal média por trabalhador, verificou-se um acréscimo de 4,8%, atingindo 1 268 Euros em junho de 2025, face aos 1 210 Euros registados em junho de 2024. Esta variação é superior em 0,5 p.p. à observada em março de 2025 (+4,3%).

Gráfico 1. **Variação homóloga da remuneração bruta mensal média, por trabalhador (total, regular e base)**



Em termos reais, ajustando para a variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC³), observou-se que em termos homólogos registaram-se aumentos de 2,2% na remuneração real total, 1,6% na remuneração real regular e de 1,5% na remuneração real base.

¹ Para mais informações sobre a que correspondem as diferentes componentes remuneratórias, consulte a Nota Metodológica anexa.

² Cada trabalhador é contabilizado tantas vezes quanto o número de “empregos” registados na Segurança Social e na Caixa Geral de Aposentações, pelo que o total de trabalhadores corresponde ao total de postos de trabalho. Para mais informações, consulte a Nota Metodológica anexa.

³ Neste exercício foram utilizados os valores do Índice de Preços no Consumidor (IPC) referentes à Região Autónoma da Madeira.

Gráfico 2. Variação homóloga da remuneração bruta total mensal média, por trabalhador (nominal e real)

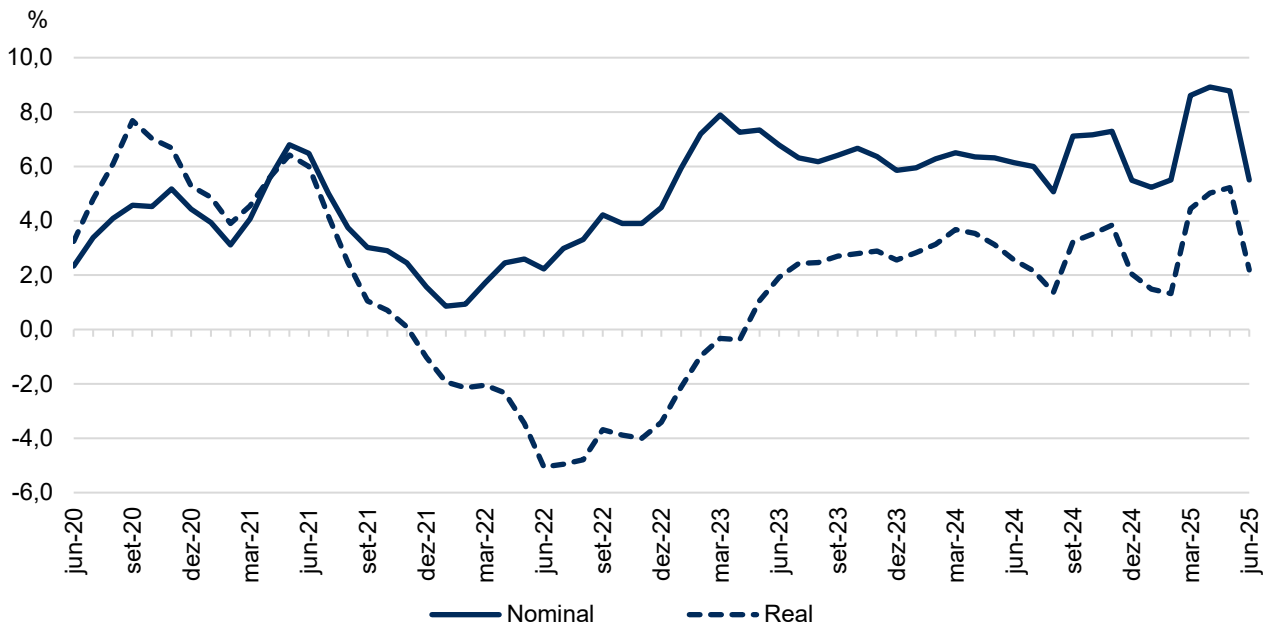


Gráfico 3. Variação homóloga da remuneração bruta regular mensal média, por trabalhador (nominal e real)

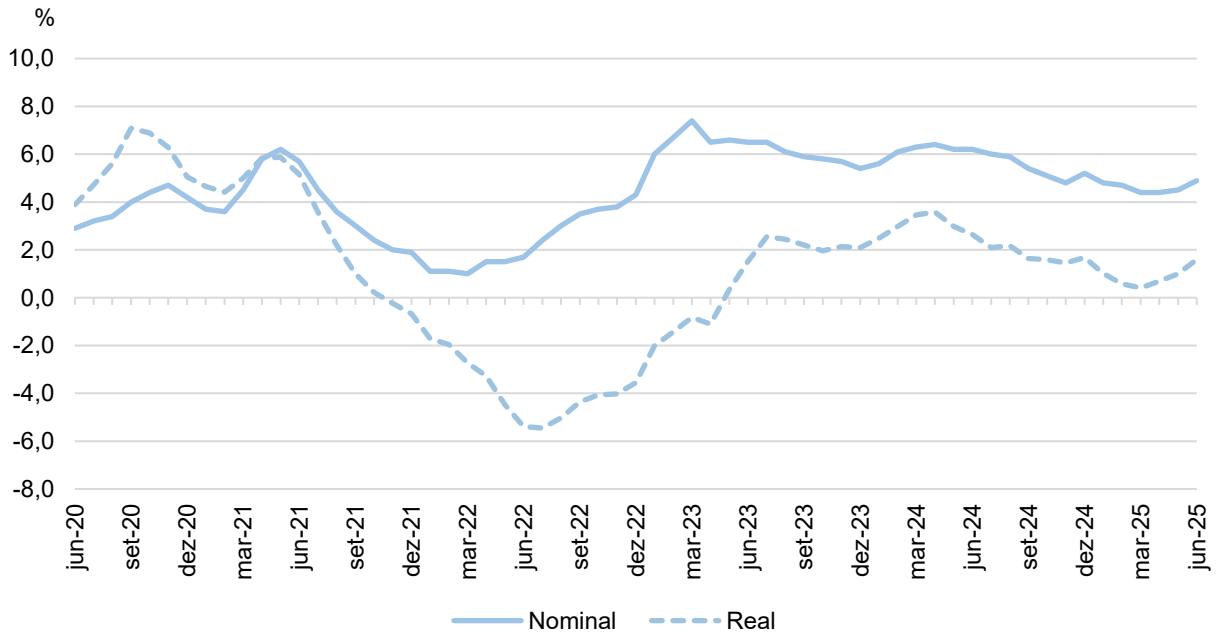
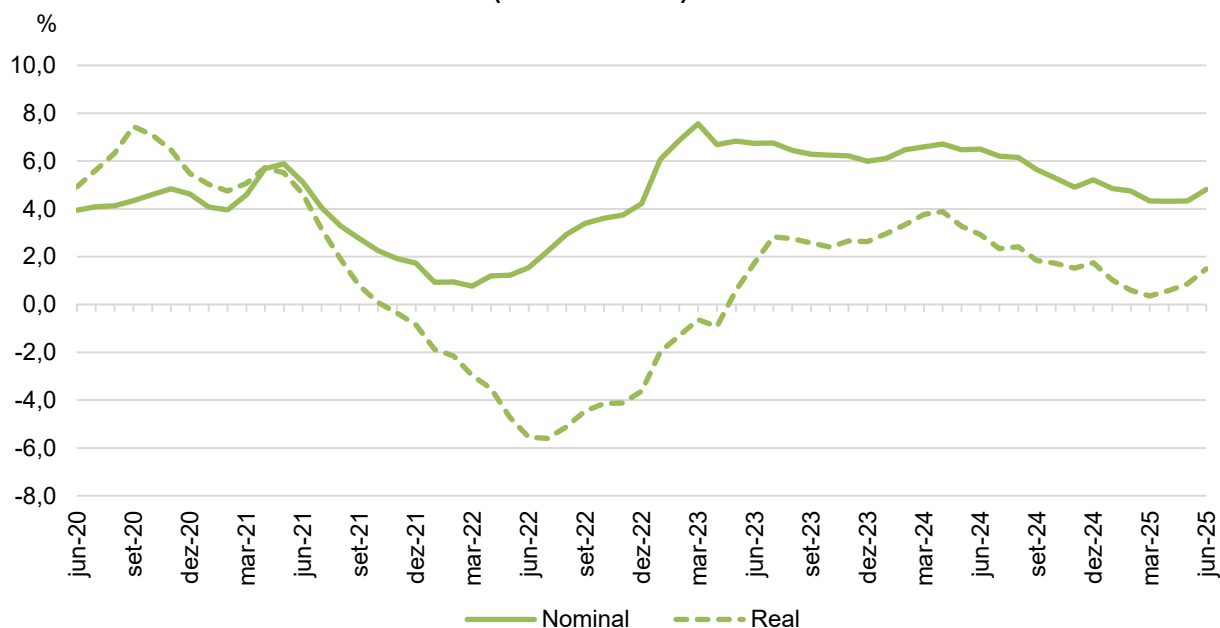


Gráfico 4. **Variação homóloga da remuneração bruta base mensal média, por trabalhador (nominal e real)**



Em junho de 2025, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador na Região (1 676 Euros) foi inferior em 65 Euros à do País (1 741 Euros). Em termos homólogos, relativamente à remuneração bruta total, o País registou um aumento de 6,0%, variação superior à observada na RAM (+5,5%). Quanto à remuneração bruta regular, a nível nacional registou-se um aumento homólogo de 5,7% (1 368 Euros), variação acima da observada na Região, que foi de 4,9% (1 318 Euros). Para a remuneração bruta base mensal média, o valor da RAM (1 268 Euros) foi ligeiramente inferior à média nacional que foi de 1 281 Euros, com variações homólogas de 4,8%, para a Região e de 5,7% em Portugal.

No mesmo período, em termos reais, a remuneração bruta total por trabalhador aumentou 3,7% a nível nacional e 2,2% na Região. Por outro lado, as componentes regular e base registaram crescimentos de 3,4% no País, valores superiores aos verificados na Região, que se situaram em 1,6% e 1,5%, respetivamente.

2. Remuneração por atividade económica – remuneração bruta total mensal média por trabalhador mais elevada no setor energético e mais baixa no setor “Atividades administrativas e dos serviços de apoio”

Em junho de 2025, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador variou entre os 1 140 Euros nas “Atividades administrativas e dos serviços de apoio” (secção N) e os 3 473 Euros na “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” (secção D). Desde junho de 2018 que a secção N apresenta a menor remuneração bruta total, com exceção dos meses de março e abril de 2023 que registaram uma remuneração bruta total menor na secção S (“Outras atividades de serviços”). Por outro lado, a secção D apresentou o maior valor desde maio de 2016, com exceção dos meses de julho e agosto de 2022 onde a remuneração bruta total foi mais elevada nas “Atividades financeiras e de seguros” (secção K). Esta componente da remuneração registou, no período em análise, a maior variação homóloga na secção K “Atividades financeiras e de seguros” (+9,9%) e na secção C “Indústrias transformadoras” (+9,7%). A secção da “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (secção A) apresentou o maior decréscimo homólogo (-2,9%), seguida pela secção “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” (-1,4%) e pela secção “Atividades de informação e comunicação” (-0,8%).

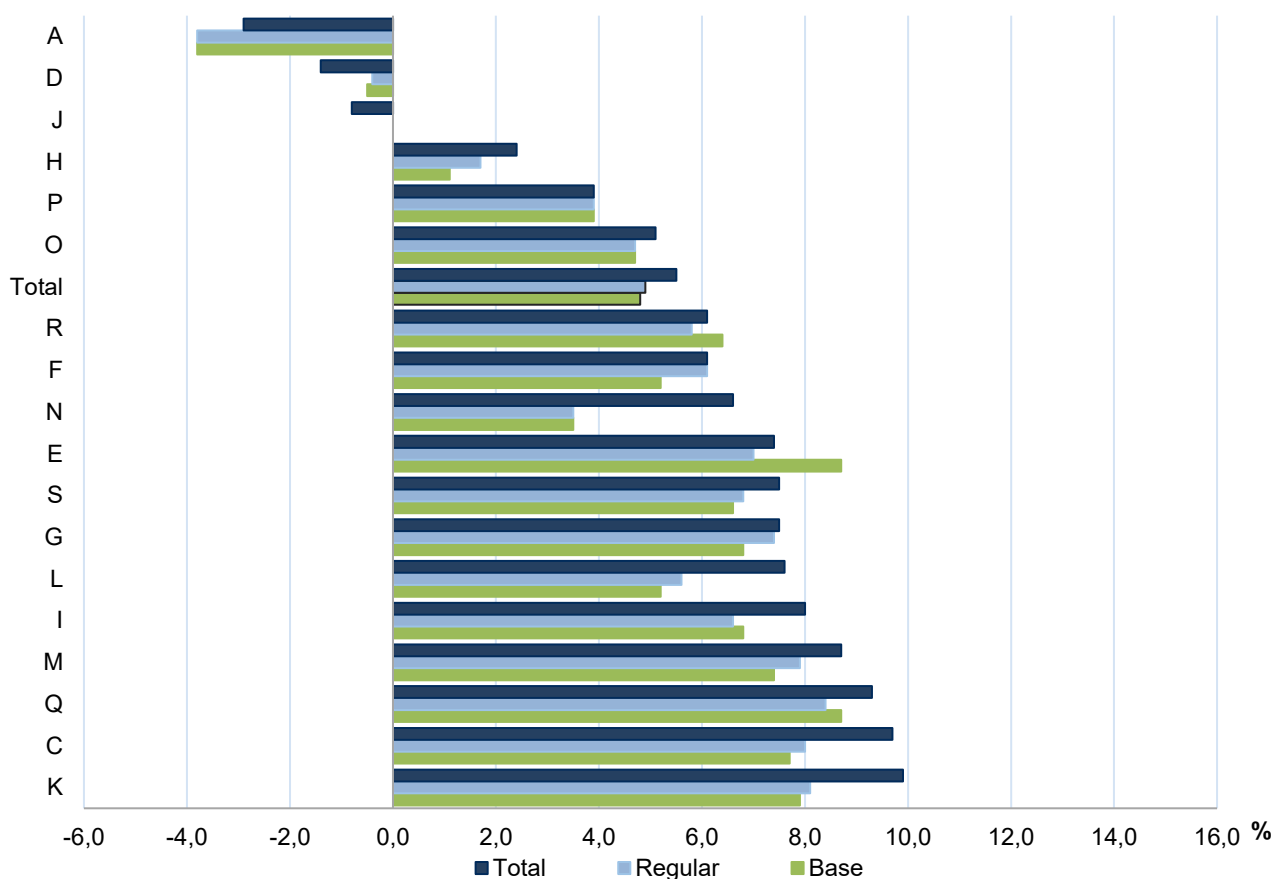
Em termos reais, as maiores variações positivas da remuneração bruta total foram nas empresas das “Atividades financeiras e de seguros” (K; +6,4%) e das “Indústrias transformadoras” (C, +6,2%). Constataram-se variações homólogas negativas nas secções “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”

(A; -6,0%), “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” (D; -4,5%), “Atividades de informação e de comunicação” (J; -3,9%) e “Transportes e armazenagem” (H; -0,8%).

No que respeita à remuneração regular, o valor mínimo, 897 Euros, foi observado igualmente nas “Atividades administrativas e dos serviços de apoio” (N), correspondendo um aumento de 3,5% relativamente a junho de 2024, inferior ao observado para o total da economia (+4,9%). Já o valor mais alto, de 2 941 Euros, verificou-se nas atividades de “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” (D), com uma variação negativa de 0,4% em termos homólogos. Nesta componente, os maiores crescimentos homólogos foram observados nas “Atividades de saúde humana e apoio social” (Q; +8,4%), nas “Atividades financeiras e de seguros” (K; +8,1%) e nas “Indústrias transformadoras” (C; +8,0%). Ajustando à inflação, em termos reais, as variações homólogas destas secções foram de +4,9%, +4,7% e +4,5%, respetivamente.

A remuneração base variou entre 873 Euros nas “Atividades administrativas e dos serviços de apoio” (N) e 2 631 Euros na “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” (D), apresentando variações homólogas de +3,5% e -0,5%, respetivamente. As variações mais elevadas desta componente da remuneração foram observadas nas “Atividades de saúde humana e apoio social” (Q) e “Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” (E), ambas de 8,7%. Tendo por referência o IPC, os maiores aumentos da remuneração base foram observados nas secções “Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” (E; +5,3%) e “Atividades de saúde humana e apoio social” (Q; +5,2%).

Gráfico 5. Variação homóloga da remuneração bruta média por trabalhador, por atividade económica (CAE-Rev. 3), em junho de 2025



Secções da CAE-Rev. 3: **A:** Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; **B:** Indústrias extrativas; **C:** Indústrias transformadoras; **D:** Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; **E:** Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; **F:** Construção; **G:** Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; **H:** Transportes e armazenagem; **I:** Alojamento, restauração e similares; **J:** Atividades de informação e de comunicação; **K:** Atividades financeiras e de seguros; **L:** Atividades imobiliárias; **M:** Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; **N:** Atividades administrativas e dos serviços de apoio; **O:** Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória; **P:** Educação; **Q:** Atividades de saúde humana e apoio social; **R:** Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; **S:** Outras Atividades de serviços.

Quer a nível nacional, quer a nível regional, a remuneração bruta total média por trabalhador, em junho de 2025, foi mais elevada na “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” (D), atingindo 3 869 Euros e 3 473 Euros, respetivamente. No País, a remuneração total mais baixa foi observada na “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (A), com 1 080 Euros enquanto, na RAM, a posição equivalente foi ocupada pelas “Atividades administrativas e dos serviços de apoio” (N), com 1 140 Euros. Em termos homólogos, no País a maior variação, +11,5%, foi registada na “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” e na RAM a maior variação homóloga foi registada nas empresas das “Atividades financeiras e de seguros” (K), com um aumento de 9,9%.

Considerando a agregação dos setores de atividade na Região, em junho de 2025, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador foi de 1 395 Euros (-2,9%) no setor “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, correspondente à secção A da CAE. No setor “Indústria, construção, energia e água”, secções de B a F da CAE, a remuneração total foi de 1 374 Euros (+6,1%) e no setor “Serviços”, secções G a U da CAE, a remuneração total foi de 1 746 Euros (+5,6%).

3. Remuneração por dimensão de empresa⁴ – empresas com 500 e mais trabalhadores com maior remuneração

Em junho de 2025, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador oscilou entre os 1 068 Euros nas empresas com 1 a 4 trabalhadores e os 2 137 Euros nas empresas com 500 e mais trabalhadores. Desde março de 2014, as empresas com 1 a 4 trabalhadores têm apresentado a menor remuneração bruta total. As empresas com 500 e mais trabalhadores têm registado a maior remuneração bruta total desde março de 2025.

Comparativamente a junho de 2024, a maior variação da remuneração total foi observada nas empresas com 10 a 19 trabalhadores (+8,3%), seguida das empresas com 50 a 99 trabalhadores (+8,1%) e das empresas com 1 a 4 trabalhadores (+7,6%). Ajustando a inflação, o maior acréscimo homólogo foi registado nas empresas com 10 a 19 trabalhadores (+4,9%), seguido das empresas com 50 a 99 trabalhadores (+4,7%).

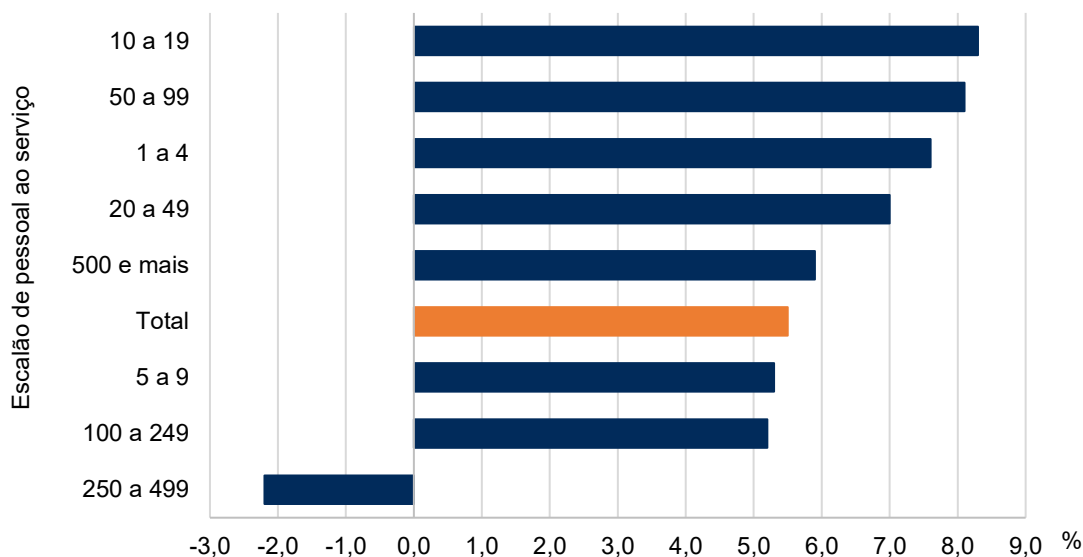
Analogamente, os valores médios da remuneração regular variaram entre 974 Euros nas empresas de 1 a 4 trabalhadores e 1 546 Euros nas empresas com 500 e mais trabalhadores. Na remuneração bruta base mensal média, os valores variaram entre 965 Euros nas empresas de 1 a 4 trabalhadores e 1 488 Euros nas empresas com 250 a 499 trabalhadores.

A maior variação homóloga na remuneração regular e na remuneração base, foi observada nas empresas com 10 a 19 trabalhadores (+8,0% em ambas). Por sua vez, as empresas com 250 a 499 trabalhadores foram as únicas que apresentaram variação homóloga negativa das componentes regular (-2,2%) e base (-2,5%) das remunerações.

Os maiores aumentos homólogos reais nas componentes de remuneração regular e base foram observados nas empresas com 10 a 19 trabalhadores (+4,6% em ambas). Na componente regular, seguiram-se as empresas com 1 a 4 trabalhadores (+4,2%), enquanto na componente base destacaram-se as empresas com 1 a 4 trabalhadores e com 50 a 99 trabalhadores, ambas com variações homólogas de +3,9% em relação a junho de 2024. Por outro lado, as menores variações homólogas reais ocorreram nas empresas com 250 a 499 trabalhadores, registando-se uma diminuição de 5,3% na componente regular e de -5,6% na componente base.

⁴ Por simplificação de linguagem, adota-se a designação “empresa”, embora, para além das empresas, estejam incluídas nos cálculos efetuados outras organizações (fundações, institutos e outros organismos de natureza pública, privada ou do setor social) com sede fiscal na Região Autónoma da Madeira, pelo que a informação deve ser lida tendo em conta esta particularidade.

Gráfico 6. Variação homóloga da remuneração bruta total mensal média por trabalhador, por escalão de pessoal ao serviço, em junho de 2025



No País, em junho de 2025, a remuneração bruta total foi igualmente menor nas empresas do escalão 1 a 4 trabalhadores, alcançando os 1 103 Euros (1 068 Euros na RAM). O valor mais elevado observado a nível nacional e regional foi nas empresas com 500 e mais trabalhadores, atingindo os 2 172 Euros e 2 137 Euros, respetivamente. Em termos homólogos, a maior variação verificou-se, a nível nacional, nas empresas do escalão 50 a 99 trabalhadores, +7,1%.

4. Remuneração mensal média por trabalhador é superior no setor público

No setor institucional das Administrações Públicas (AP) (S13, cf. Contas Nacionais)⁵, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador aumentou 5,9% em termos homólogos, atingindo 2 500 Euros em junho de 2025 (2 361 Euros em junho de 2024). A componente regular aumentou 5,4%, em termos homólogos, passando de 1 712 Euros em junho de 2024 para 1 804 Euros um ano depois. De igual modo, a remuneração base registou um acréscimo homólogo de 5,4%, ao passar de 1 663 Euros em junho de 2024 para 1 753 Euros em junho de 2025.

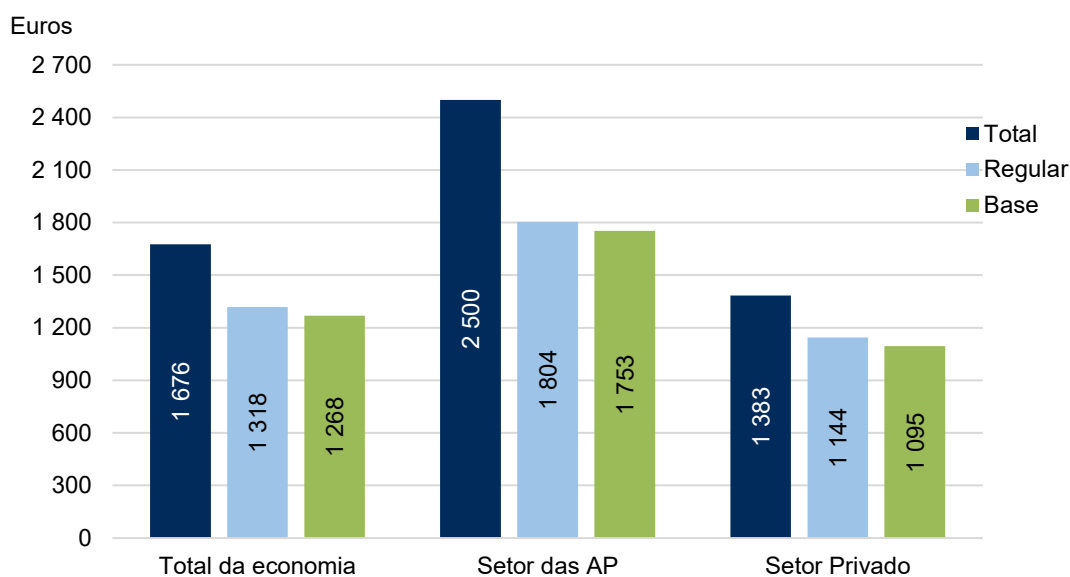
Tendo por referência a variação do IPC, em termos reais, no setor público, a remuneração total aumentou 2,6%, e as componentes regular e base aumentaram ambas 2,1%, relativamente a junho de 2024.

No setor privado, a remuneração total registou uma variação homóloga positiva de 5,2%, passando de 1 314 Euros em junho de 2024 para 1 383 Euros em junho de 2025. As componentes regular e base também tiveram aumentos: a remuneração regular teve um acréscimo de 4,6%, passando de 1 094 Euros para 1 144 Euros, enquanto a remuneração base aumentou 4,4%, subindo de 1 049 Euros para 1 095 Euros.

Neste setor, as variações reais em termos homólogos foram positivas de 1,9% na remuneração total, 1,3% na remuneração regular e 1,1% na remuneração base.

⁵ O universo de entidades que compõem o setor institucional das Administrações Públicas é sujeito a atualizações semestrais.

Gráfico 7. Remuneração bruta mensal média por trabalhador (total, regular e base), por setor institucional da economia, em junho de 2025



A nível nacional, em junho de 2025, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador registou em termos nominais uma variação homóloga de 5,7% no setor privado e de 7,3% no setor das Administrações Públicas (AP), e, em termos reais, a variação foi de 3,4% no setor privado e de 4,9% no setor público.

Gráfico 8. Variação homóloga da remuneração bruta regular mensal por trabalhador, por setor institucional da economia



5. Remuneração por intensidade tecnológica e intensidade do conhecimento – Serviços intensivos em conhecimento com remuneração média mais elevada

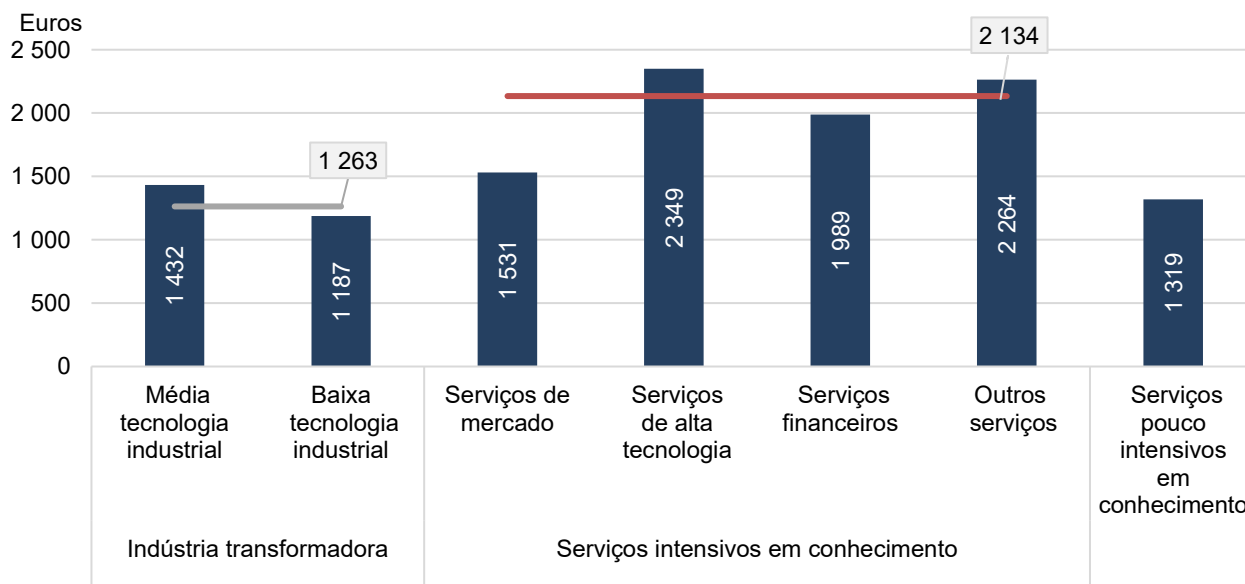
A classificação da atividade económica das empresas permitiu a criação de grupos de acordo com a intensidade tecnológica (alta, média e baixa tecnologia, para a “Indústria transformadora”) e a intensidade do conhecimento (intensivos e pouco intensivos em conhecimento, para os “Serviços”), possibilitando a análise da remuneração bruta total média por trabalhador (ver nota do Gráfico 9).

A remuneração bruta total mensal média por trabalhador na “Indústria transformadora” foi de 1 263 Euros, em junho de 2025. As empresas classificadas como “Média tecnologia industrial” apresentaram a maior remuneração bruta total, 1 432 Euros, refletindo um aumento homólogo de 8,5%, inferior à média do setor, que foi de 9,7%. Por outro lado, as empresas de “Baixa tecnologia industrial”, registaram uma remuneração bruta total de 1 187 Euros, evidenciando o maior crescimento homólogo do setor, com 9,8%.

Em termos reais, isto é, considerando a variação do IPC, a “Indústria transformadora” teve um acréscimo homólogo de 6,2% na componente total, 4,5% na componente regular e de 4,3% na componente base. Nas empresas de “Baixa tecnologia industrial” foram observados acréscimos de 6,4% na componente total e de 4,2% nas componentes regular e base. Nas empresas de “Média tecnologia industrial” assistiu-se a aumentos de 5,1%, 4,3% e 3,8% nas três componentes da remuneração, respetivamente.

Em junho de 2025 a remuneração bruta total mensal média foi de 2 134 Euros nos “Serviços intensivos em conhecimento”, refletindo um acréscimo homólogo de 5,1%. Neste conjunto de empresas destacaram-se as empresas de “Serviços financeiros com forte intensidade de conhecimento” que apresentaram na componente total uma remuneração bruta mensal média por trabalhador de 1 989 Euros, refletindo um aumento homólogo de 9,9%. Por outro lado, as empresas de “Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento” tiveram a remuneração bruta mais elevada (2 349 Euros), apresentando, contudo, uma variação homóloga negativa de 3,1%. As empresas de “Serviços pouco intensivos em conhecimento” registaram um aumento homólogo de 6,9% na remuneração total, atingindo 1 319 Euros, superior ao total global observado nos “Serviços”, cuja variação se fixou em 5,6%, para uma remuneração bruta mensal média de 1 746 Euros.

Gráfico 9. Remuneração bruta mensal média por trabalhador (total) por intensidade tecnológica e intensidade do conhecimento, em junho de 2025



Notas: Alta tecnologia industrial: inclui as divisões 21 e 26 da CAE-Rev.3; Média tecnologia industrial: inclui as divisões 19, 20, 22 a 25, 27 a 30 e 33 da CAE-Rev.3; Baixa tecnologia industrial: inclui as divisões 10 a 18, 31 e 32 da CAE-Rev.3; Serviços intensivos em conhecimento: inclui as divisões 50, 51, 58 a 63, 64 a 66, 69 a 75, 78, 80 e 84 a 93 da CAE-Rev.3; Serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento: inclui as divisões 50, 51, 69 a 71, 73, 74, 78 e 80 da CAE-Rev.3; Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento: inclui as divisões 59 a 63 e 72 da CAE-Rev.3; Serviços financeiros com forte intensidade de conhecimento: divisões 64 a 66 da CAE-Rev.3; Outros serviços com forte conhecimento intensivo: inclui as divisões 58, 75 e 84 a 93 da CAE-Rev.3; Serviços pouco intensivo em conhecimento: inclui as divisões 45 a 47, 49, 52, 53, 55 a 56, 68, 77, 79, 81, 82 e 94 a 99 da CAE-Rev.3.

No País, em junho de 2025, a remuneração bruta total na “Intensidade tecnológica - Indústria transformadora” foi de 1 550 Euros, registando um aumento homólogo de 5,9%. Já nos “Serviços intensivos em conhecimento”, o valor atingiu os 2 212 Euros, correspondendo a um acréscimo homólogo de 6,0%. Considerando o efeito da inflação, a nível nacional, observaram-se crescimentos homólogos reais de 3,6% em ambos os grupos de empresas.

Quadro 1 Número de trabalhadores e remuneração bruta mensal média por trabalhador (total, regular e base)

R. A. Madeira

Período de referência	Trimestre terminado no mês				Variação homóloga			
	Número de trabalhadores	Remuneração bruta total	Remuneração bruta regular	Remuneração bruta base	Número de trabalhadores	Remuneração bruta total	Remuneração bruta regular	Remuneração bruta base
	Milhares	Euros			%			
2025								
Junho (Po)	109,1	1 676	1 318	1 268	3,0	5,5	4,9	4,8
Maió (Po)	108,5	1 515	1 314	1 264	3,4	8,8	4,5	4,3
Abril (Po)	107,6	1 504	1 314	1 265	3,4	8,9	4,4	4,3
Março	106,7	1 493	1 308	1 260	3,4	8,6	4,4	4,3
Fevereiro	106,3	1 498	1 290	1 242	3,6	5,5	4,7	4,8
Janeiro	106,9	1 714	1 264	1 217	3,9	5,2	4,8	4,9
2024								
Dezembro	107,1	1 698	1 249	1 202	3,9	5,5	5,2	5,2
Novembro	107,4	1 657	1 243	1 197	3,8	7,3	4,8	4,9
Outubro	106,9	1 432	1 248	1 202	3,4	7,2	5,1	5,3
Setembro	106,9	1 454	1 249	1 203	3,4	7,1	5,4	5,6
Agosto	106,7	1 614	1 253	1 206	3,4	5,1	5,9	6,2
Julho	106,4	1 611	1 254	1 208	3,5	6,0	6,0	6,2
Junho	105,9	1 589	1 256	1 210	3,6	6,1	6,2	6,5
Maió	105,0	1 392	1 258	1 212	3,5	6,3	6,2	6,5
Abril	104,1	1 381	1 258	1 212	3,5	6,3	6,4	6,7
Março	103,2	1 374	1 253	1 208	3,5	6,5	6,3	6,6
Fevereiro	102,7	1 420	1 232	1 186	3,4	6,3	6,1	6,5
Janeiro	102,9	1 628	1 206	1 160	3,4	6,0	5,6	6,1

Fonte: Cálculos do INE/DREM com base na Declaração Mensal de Remunerações da Segurança Social e na Relação Contributiva da Caixa Geral de Aposentações.

Notas:

Foram incluídas apenas as empresas e outras organizações (fundações, institutos e outros organismos de natureza pública, privada ou do setor social) com sede fiscal na Região Autónoma da Madeira;

Cada trabalhador é contabilizado tantas vezes quanto o número de “empregos” registados na SS e na CGA, pelo que o total de trabalhadores corresponde ao total de postos de trabalho;

Os resultados referem-se a trimestres móveis terminados no mês de referência. A base de dados da DMR/SS está em permanente atualização, pelo que os últimos três meses são sujeitos a revisões regulares nos próximos meses.

NOTA METODOLÓGICA

As estatísticas sobre a “Remuneração bruta mensal média por trabalhador” divulgadas são elaboradas com base na informação da Declaração Mensal de Remunerações transmitida pelas empresas à Segurança Social (DMR/SS), que é obtida ao abrigo de um protocolo celebrado pelo INE com o Instituto de Informática da Segurança Social, I.P., e da Relação Contributiva dos subscritores da Caixa Geral de Aposentações (RC/CGA). Inicialmente, esta informação, divulgada a nível nacional, era classificada como informação estatística em desenvolvimento (divulgada na secção StatsLab do Portal do INE), passando a ser considerada como estatística oficial, a partir da divulgação de setembro de 2021.

Esta divulgação resulta de uma solicitação da DREM ao Instituto Nacional de Estatística (INE), na sequência da identificação de uma lacuna de informação neste domínio, sendo evidente a importância que estes dados têm para a Região. Foram consideradas apenas as empresas com sede fiscal na Região Autónoma da Madeira.

A **remuneração bruta mensal média por trabalhador** corresponde ao rácio entre o somatório do volume de remunerações pago pelas empresas e o total de trabalhadores nessas empresas. Por essa razão, a sua evolução reflete variações no volume das remunerações pagas (como, por exemplo, o pagamento de

bónus, de subsídio de férias ou de trabalho suplementar), mas também no número de trabalhadores e na sua composição, sobretudo em termos de características não observadas nesta base de dados (a tempo parcial vs. a tempo completo; nível de escolaridade; profissão; anos de experiência; horas trabalhadas; entre outras).

Nos cálculos por **atividade económica da empresa** (CAE-Rev. 3) excluíram-se os registos para os quais não foi possível fazer o cruzamento da empresa com o registo da atividade económica no Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE) do INE.

Cada trabalhador é contabilizado tantas vezes quanto o **número de “empregos”** registados na SS e na CGA. Por exemplo, um trabalhador com dois empregos em dois empregadores distintos é contabilizado duas vezes, pelo que o total de trabalhadores corresponde ao total de postos de trabalho.

Nos dados da SS, para além dos trabalhadores por conta de outrem, são incluídos também os armadores, os docentes proprietários de estabelecimentos de ensino, os membros de órgão estatutário e o serviço doméstico.

A informação proveniente da DMR/SS inclui as remunerações segundo o Regime Contributivo da Segurança Social e a Natureza da remuneração. A informação proveniente da RC/CGA inclui as remunerações por Tipo de remuneração. Apesar de designações distintas, a Natureza da remuneração e o Tipo de remunerações dizem respeito às componentes remuneratórias pagas aos trabalhadores.

Natureza da remuneração (SS): corresponde à classificação da remuneração na Segurança Social, a qual abrange as seguintes componentes:

- Ajudas de custo e de transporte
- Prémios, bónus e outras prestações de carácter mensal
- Comissões
- Compensação por cessação do contrato de trabalho
- Subsídio de férias
- Honorários de prestação de serviços nas situações de acumulação
- Compensação remuneratória do contrato intermitente
- Subsídios de carácter regular mensal
- Subsídio de Natal
- Prémios, bónus e outras prestações de carácter não mensal
- Remuneração base
- Subsídio de refeição
- Trabalho suplementar
- Trabalho noturno
- Subsídios de carácter regular não mensal
- Forças armadas
- Remunerações variáveis
- Férias pagas e não gozadas
- Diferenças de remunerações
- Exercício temporário de funções de categoria superior
- Promoções

Tipo de remuneração (CGA): corresponde à classificação da remuneração na Caixa Geral de Aposentações, a qual abrange as seguintes componentes:

- Vencimento base
- Compensação remuneratória por contrato intermitente

- Diuturnidades
- Remunerações certas ou permanentes
- Prémios, bónus de carácter mensal
- Subsídios de carácter regular mensal
- Remunerações variáveis ou eventuais
- Ajudas de custo e de transporte
- Cessação de contrato de trabalho
- Trabalho noturno
- Trabalho suplementar
- Subsídio de refeição
- Comissões
- Honorários por acumulação
- Prémios, bónus de carácter não mensal
- Subsídio de férias
- Férias pagas e não gozadas por cessação do contrato de trabalho
- Subsídio de Natal

CONCEITOS

Nota sobre a base tributável aplicável às remunerações

A remuneração bruta mensal média total, regular e base constantes nesta análise apenas consideram as remunerações sujeitas a tributação, ou seja, sujeitas a retenção de IRS na fonte e de desconto para a SS ou para a CGA. Deste modo, estão excluídos montantes como, por exemplo, o subsídio de refeição até ao valor de 6,00 Euros (ou de 10,20 Euros, se pago em dinheiro ou cartão de refeição) desde janeiro de 2025.

Remuneração bruta

Remuneração ilíquida, em dinheiro ou em géneros, paga aos trabalhadores pelas horas de trabalho efetuadas ou pelo trabalho realizado no período normal e no extraordinário, incluindo o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas) e os subsídios de carácter regular, tais como subsídios de alimentação, função, alojamento ou transportes, diuturnidades ou prémios de antiguidade, produtividade, assiduidade e isenção de horário, ou trabalhos penosos, perigosos, sujos, por turnos e noturnos.

Nota: A “remuneração bruta mensal média total” inclui todas as componentes das variáveis Natureza da remuneração (SS) e Tipo de remuneração (CGA)

Remuneração bruta mensal regular

Remuneração ilíquida mensal que corresponde ao somatório da remuneração de base com outras componentes remuneratórias regulares, nomeadamente subsídios de alimentação, diuturnidades ou prémios de antiguidade, prémios, bónus e outras prestações regulares de carácter mensal.

Notas:

- A variável Natureza da remuneração (SS), inclui apenas as componentes “Remuneração base”, “Subsídio de refeição”, “Subsídios de carácter regular mensal” e “Prémios, bónus e outras prestações de carácter mensal”. A variável Tipo de remuneração (CGA) inclui as componentes “Vencimento base”, “Diuturnidades”, “Remunerações certas ou permanentes”, “Prémios, bónus de carácter mensal”, “Subsídios de carácter regular mensal” e “Subsídio de refeição”.

Remuneração de base

Montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros, pago com carácter regular e garantido ao trabalhador no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho.

Notas:

- Inclui apenas a componente “Remuneração base”, da variável Natureza da remuneração (SS), e a componente “Vencimento base”, da variável Tipo de remuneração (CGA).

Trabalhador por conta de outrem

Indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

Setor institucional

A variável de dimensão “setor institucional” utiliza a classificação “setores económicos (setor público/setor privado)”, correspondendo o setor público ao setor das Administrações Públicas (AP), definido na ótica das Contas Nacionais, que tem como referência a lista de instituições do perímetro do setor das Administrações Públicas – S13. O setor privado corresponde ao total da economia, excluindo as AP.

Taxa de variação homóloga

A variação homóloga compara o nível da variável entre o trimestre/mês corrente e o mesmo trimestre/mês do ano anterior. Esta taxa de variação, perante um padrão estável de sazonalidade, não é afetada por oscilações desta natureza. Pode, no entanto, ser influenciada por efeitos localizados num trimestre/mês específico.

REVISÕES

A base de dados das DMR/SS está em permanente atualização, existindo sempre uma percentagem de declarações por entregar ou sujeita a correção depois de entregues, principalmente nos 4 meses mais recentes. A informação recebida da RC/CGA tem carácter definitivo.

Nestas circunstâncias, a informação divulgada neste Em Foco, relativa aos últimos 3 meses de referência (trimestres móveis terminados nesses meses), será sujeita a revisões regulares nos próximos meses.

TRATAMENTO DE NÃO RESPOSTAS

Por forma a reduzir a dimensão das revisões dos valores publicados para os meses mais recentes, procede-se à imputação dos valores das DMR/SS em duas situações: 1) empresas que, de forma sistemática, se atrasam no envio da informação; e 2) empresas que, regularmente, corrigem, de forma substancial, valores reportados em meses anteriores.

No primeiro caso, o processo de deteção de empresas em falta (missing) incide apenas sobre aquelas com 10 ou mais trabalhadores, considerando-se como missing uma empresa para a qual existiu uma resposta no mês M-1, mas não no mês M (sendo M o último mês de referência).

No segundo caso, considera-se que uma empresa fez uma correção substancial dos valores já reportados quando as revisões são de valor igual ou superior a 10 mil Euros. A deteção destas empresas é assegurada pela combinação de dois métodos: 1) critério ad hoc; 2) algoritmo de aprendizagem automática (Machine Learning) supervisionado na versão Support Vector Machine (SVM).

Para uma descrição mais detalhada do tratamento de não resposta e demais características metodológicas desta operação estatística, sugere-se a consulta do respetivo documento metodológico, disponível no Portal das Estatísticas Oficiais.

Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder exatamente à soma das parcelas.

Não são divulgadas estimativas que resultem de observações de menos de seis empresas e/ou de menos de onze trabalhadores.